



## POTÊNCIAS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO:

### arquitetura escolar de João Clodomiro Browne de Abreu em Presidente Prudente- SP

**HOSI, FERNANDO M. (1);**

1. *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Departamento de Planejamento Urbanismo e Ambiente. Av. Roberto Simonsen, 305, Presidente Prudente, SP. fernando.hosi@unesp.br*

**HIRAO, HELIO (2)**

2. *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Departamento de Planejamento Urbanismo e Ambiente. Av. Roberto Simonsen, 305, Presidente Prudente, SP. helio.hirao@unesp.br*

#### RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre as relações entre um conjunto arquitetônico escolar modernista paulista, seu entorno e a sua adequação às necessidades da cidade contemporânea. O objeto da pesquisa é a Escola Municipal João Franco de Godoy, localizada em Presidente Prudente-SP, concebida pelo arquiteto João Clodomiro Browne de Abreu e resultado de um projeto contratado pelo IPESP (Instituto de Previdência de São Paulo) em 1962, como parte do plano de ações (PAGE) do governo Carvalho Pinto. A fim de aventar potências de conservação e preservação, busca-se mapear as relações subjetivas entre os sujeitos e o objeto, com a prática da deriva e a cartografia, reconhecendo os afetos que atravessam os corpos e estimulam o pertencimento ao lugar.

**Palavras-chave:** patrimônio modernista; cartografia; deriva; microrresistência; pensamento rizomático



## Introdução

No contexto contemporâneo, a arquitetura encontra-se vinculada à relação entre sujeito e objeto, ao seu reconhecimento como tal, compondo as transformações em curso, como partes ativas e pulsantes do presente. Assim, a experimentação espacial possibilita apreender as potências dos campos de forças e possibilidades de ativação do objeto arquitetônico pelo estudo da tectura das subjetividades. Mediante a prática da deriva (DEBORD, 1958) e cartografia (Deleuze e Guattari, 1995), mapeiam-se os movimentos dos afetos que atravessam os corpos e os objetos que estimulam o sentimento de pertencimento das pessoas com sua ambiência, potencializando sua preservação.

Nesse sentido, apresenta-se como objeto de estudo a Escola Municipal João Franco de Godoy, localizada em Presidente Prudente – SP, popularmente conhecida como “Navio”, obra modernista de reconhecido valor arquitetônico por vários estudiosos como Hirao, Pasquini e Ribeiro (2010), Costa (2016), Bencostta (2019), Buzzar e Cordido (2020), resultado de um projeto contratado em 1962 pelo IPESP (Instituto de Previdência de São Paulo), como parte do Plano de Ação (PAGE) do Governo Carvalho Pinto em São Paulo.

A escola foi projetada pelo arquiteto João Clodomiro Browne de Abreu, discípulo de João Batista Vilanova Artigas, “dentro de um pensamento arquitetônico relacionado ao racionalismo construtivo paulista, que possui como características aproveitar com simplicidade e criatividade os poucos meios e materiais disponíveis explorando todo seu potencial com tectônica e poética.” (HIRAO; PASQUINI; RIBEIRO, 2010, n.p.). Abreu concebeu inúmeros edifícios escolares que apresentam liberdade projetual criativa, com a adoção de formas geométricas singulares e seu desenho indicava para uma intensa conexão de apropriação socioespacial na relação do edifício com seu entorno.

Não obstante, no contexto atual das cidades e da relação das pessoas com o espaço, faz-se necessário pensar na mediação entre a conservação e preservação com a sua adequação às necessidades contemporâneas. O objeto de estudo sofreu descaracterizações e intervenções projetuais ao longo do tempo que definiram novas relações espaciais internas, bem como novas dimensões na relação público-privada com a cidade. Nesse sentido, a pesquisa se propõe a mapear as relações subjetivas entre o sujeito e o objeto, os afetos que as atravessam para reconhecer os vínculos atuais com a obra modernista da Escola João Franco de Godoy.

O artigo é fruto de uma Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Unesp (PIBIC), com bolsa pela Reitoria/Unesp. Em virtude das restrições para conter a disseminação do



novo coronavírus e da consequente impossibilidade de análise das relações dos usuários com os espaços internos, a pesquisa se deteve no estudo das práticas socioespaciais e subjetividades que permeiam o entorno, na relação edifício-cidade.

### **O percurso da arquitetura escolar paulista e o edifício estudado**

A história da arquitetura escolar paulista, segundo Buffa (2015), pode ser dividida em cinco períodos: as escolas públicas republicanas produzidas entre 1820 a 1920; a transição dos anos 30 do século XX; o terceiro período de 1949 à 1954; o quarto período dos anos 1960 e o quinto período a partir da década de 1970. O Estado de São Paulo teve seus primeiros edifícios escolares projetados influenciados pelo pensamento neoclássico, eclético e, posteriormente, utilizou tipologias padronizadas adotadas primeiramente pela Superintendência de Obras Públicas (SOP) e, depois denominado Departamento de Obras Públicas (DOP).

O primeiro período de construções de escolas públicas foi marcado pela criação dos grupos escolares e as escolas normais, originados a partir da uniformidade de diretrizes pedagógicas que não existiam no período imperial. A partir de uma nova proposta de ensino, com o objetivo de concretizar a educação popular, foram construídos edifícios imponentes e funcionais alinhados à imagem de edificações públicas. Na década de 1930, ocorre a transição da produção da arquitetura eclética e o início da produção de edifícios com configurações modernas, mas que ainda conservam soluções do primeiro período. Este momento é marcado por transformações sociais e culturais expressivas com o processo de industrialização intenso, aumento da população urbana e formação de novos grupos sociais. Assim, com o objetivo de suprir a demanda de vagas e solucionar o problema da qualidade escolar, edificam-se novos grupos escolares influenciados pela proposta da Escola Nova, na qual o ensino é pautado nos valores físico, emocional e social do ser humano. Deste modo, a criança torna-se o centro de aprendizagem e, conseqüentemente, o espaço do conhecimento adquire um caráter acolhedor (BUFFA, 2015).

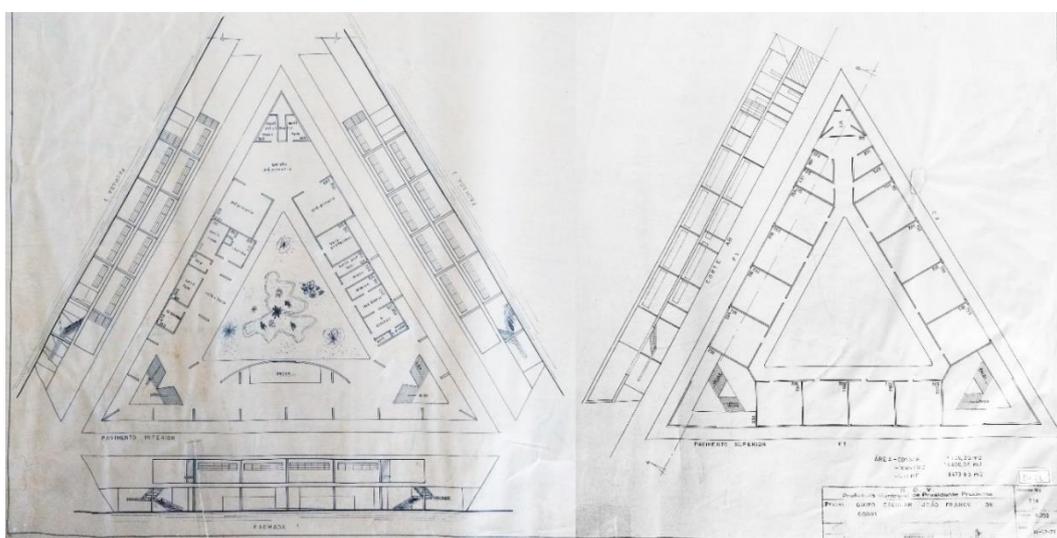
Nos anos 1940, São Paulo ainda enfrenta um grande crescimento demográfico e, conseqüentemente, um problema não resolvido de déficit de escolas e vagas escolares. Nesse período, com a presença de um momento político e econômico favorável, iniciou-se um plano de construções escolares pautado nos ideais modernistas e no conceito de escola-parque de Anísio Teixeira (HIRAO; PASQUINI; RIBEIRO, 2010, n.p.). Os ideais do educador Anísio Teixeira previam um sistema escolar ativo, dinâmico, humanista, delineador da universalização do ensino público no Brasil. A proposta paulista rompeu com a linguagem eclética utilizada na execução de equipamentos públicos e viabilizou a difusão e consolidação do modernismo em ascensão no Brasil e no mundo.



Em 1959, por iniciativa do governo Carvalho Pinto, ocorre a criação de instituições como o FECE – Fundo Estadual de Construções Escolares e o IPESP – Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, com a finalidade de suprir o déficit de construções escolares do estado. A partir do Plano de Ação do Governo Estadual (PAGE) configurado no planejamento-orçamento e da contratação de diversos arquitetos afinados com a prática arquitetônica da “Escola Paulista”, a arquitetura moderna foi amplamente difundida na execução de edifícios públicos no interior do estado.

É importante ressaltar que o denominado “Brutalismo Paulista” se distancia tanto do ideal moderno internacional, como de outros direcionamentos reproduzidos no país, por adotar nas concepções projetuais, a discussão da função social da arquitetura. Segundo Buzzar, Cordido e Simoni (2015), a produção de equipamentos públicos neste período, definido como um dos momentos mais ricos da arquitetura brasileira, esteve comprometida com a questão social, na qual os arquitetos são agentes políticos e a arquitetura assume um caráter político. Assim, arquitetos como Vilanova Artigas, Fábio Penteadó, Carlos Milan, Paulo Mendes da Rocha, João Clodomiro Browne de Abreu, entre outros, foram precursores de uma arquitetura demarcada pelo compromisso social e por inovadoras soluções projetuais.

O edifício escolar estudado, foi projetado em 1962 e financiado pelo IPESP no período que compreende o plano PAGE, executado entre 1959 e 1963. Localizada em Presidente Prudente, cidade média do oeste paulista, a escola foi concebida pelo arquiteto João Clodomiro Browne de Abreu, discípulo de Artigas e aluno da primeira turma da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. O projeto se distancia da padronização de projetos até então frequentemente adotada, pois é composto pela forma de um prisma triangular, integrado a uma quadra com dimensões típicas da cidade (88,00m x 88,00m), com um declive de quatro metros.



**Figura 1 . Planta Baixa Grupo Escolar João Franco de Godoy**  
Fonte: Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto



A obra em sua concepção, demonstrando um caráter formal, é constituída por um bloco único elaborado por uma caixa estrutural de concreto branco, sustentada por pórticos inclinados na cor verde musgo, o que confere para os usuários e pedestres a característica visual de um “navio”. Mesmo com uma volumetria de contraste visual, nota-se que os recortes realizados nas paredes definem uma integração em sua composição. É através da horizontalidade que o projeto proporciona a integração com a cidade, com visuais exterior-interior e vários acessos caracterizados por uma intenção perceptiva do entorno.

Deste modo, percebe-se a importância da inserção da dimensão da função social na arquitetura escolar, pois segundo Abreu (1970) “para o povo que passa, para as crianças que estudam, além dos ensinamentos que recebem, precisam também receber uma mensagem de cultura através da arquitetura [...] Essa mensagem é sem dúvida uma das grandes missões que o arquiteto deve cumprir na sua vida profissional”<sup>1</sup>. Nesse sentido, a escola é definida como um equipamento comunitário educativo, isto é, uma grande praça que se abre para atividades que enfatizam a fruição social da comunidade próxima, revelando-se como uma arquitetura mais próxima do povo. É importante ressaltar que o caráter social propagado por Artigas e seus seguidores foi fundamental para o redirecionamento dos ideários modernistas de até então.



**Figura 2. Grupo escolar João Franco de Godoy - Navio - Década de 1950**

Fonte: Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto

Em relação à organização de seus espaços internos, a escola apresenta dois pavimentos interligados por duas escadas definidas em patamares abertos. No pavimento térreo, onde foram estabelecidos os espaços de recreio, do lado direito do prisma triangular estão a administração e um refeitório sem barreiras visuais com uma parede de pedra, decorrente do desnível natural do terreno. Do lado esquerdo do prisma, nota-se a presença de uma sala do pré-primário, cozinha, banheiros, sala de educação física, cantina e portaria. O projeto original apresentava um pátio central com jardim e um espelho d’água que conferia um caráter mais privativo e contemplativo aos usuários. No pavimento superior do edifício, coexistindo com

<sup>1</sup> No memorial do projeto para uma escola em Presidente Prudente (1962), publicado em Acrópole, n° 340, jun. 1970, p. 34-36.



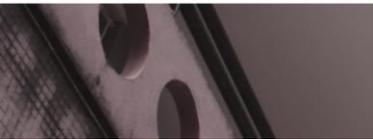
corredores iluminados pelo pátio central, foram situadas as salas de aula, a biblioteca, o laboratório, o gabinete dentário, os sanitários e a sala de professores. (REVISTA ACRÓPOLE, 1967)

O palco de apresentações da escola, estabelecido como elemento de transição interior-externo, foi projetado com um mural curvo de fundo e, no centro, um pilar-parede de concreto pintado na cor vermelha. O paisagismo educativo foi proposto por Waldemar Cordeiro, com o intuito de articular o espaço externo com o interno, proporcionando a participação dos alunos no cultivo de frutas e hortaliças.

Ao longo do tempo, com as multiplicidades das vivências dos usuários e intervenções construtivas, a obra arquitetônica sofreu transformações. O espaço é modificado a partir das relações de dispositivos como dimensões de poder, que envolvem várias formas de controle, produção de corpos, sujeição, na lógica operada através de máquinas sociais do Estado, do Capital, da Ciência, das Instituições, da Linguagem. (PRADO FILHO; TETI, 2013). Além disso, devido a uma característica rigidez formal do modernismo, as mínimas alterações realizadas no edifício descaracterizam a dinâmica das intenções iniciais do projeto e sua composição plástica.

Em relação ao espaço interno da escola, no pavimento térreo foram construídas duas quadras esportivas que desconsideram qualquer preocupação plástica e visual com os volumes preexistentes do conjunto. Também foram adicionados os volumes da casa do caseiro e uma sala de informática, além dos jardins educativos de Waldemar Cordeiro não existirem mais. Para atender as normas de acessibilidade, foi construída uma rampa de acesso ao pavimento superior, ignorando os espaços vazios e as relações socioespaciais. O refeitório teve seu espaço fechado, ladeado por alvenaria e por uma nova sala de aula. A pintura original na cor verde musgo que conferiu ao imaginário da população a característica de “navio” foi substituída por outra, desrespeitando a materialidade do pensamento arquitetônico de Abreu.

Além das modificações internas, a relação com o entorno foi profundamente alterada. Inicialmente, o projeto foi concebido em um contexto quase rural e, com o crescimento urbano acelerado, as relações com o espaço se transformaram. O edifício que antes carregava certa monumentalidade e que apresentava uma relação próxima com a cidade, foi “sumindo” na paisagem e atualmente está rodeado por um muro de alvenaria. Assim, Hirao, Pasquini, Ribeiro (2010, n.p.) afirmam que “o referencial urbano ficou escondido e isolado, o espaço urbano ficou truncado, da mesma forma a possibilidade de sua abertura para o uso do espaço pela população do bairro, as relações do cotidiano ficaram restritas aos professores, alunos e funcionários”.



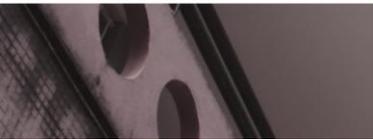
**Figura 3. Vista aérea atual**  
Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2021.

Apesar das transformações, observa-se nas mídias sociais que a escola permanece como símbolo da memória afetiva da população e daqueles que ali estudaram. Algumas pessoas comentaram sobre o baile que ocorria nas dependências do espaço, a respeito do “lago de peixes” que se localizava no pátio central, além de comentários que não citam o nome da escola e enfatizam a expressão “Navio”. A memória é algo que está em constante movimento e não pode ser interpretada com a ideia de um passado fixo e determinado. As plantas-baixas e a foto inserida procedem de uma pesquisa no Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto, localizado em Presidente Prudente-SP.

Assim, o artigo tem como objetivo apreender a tecitura das subjetividades e as potências dos campos de forças presentes na relação da escola com o entorno, reconhecer a importância do edifício inserido na cidade contemporânea e verificar se o processo de apropriação ao longo do tempo descontextualizou a obra modernista, transformando-a. O reconhecimento ocorre utilizando a prática da deriva, acompanhada da cognição que engendra subjetividades, junto ao mapeamento dos territórios habitados agora, constituído por “acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p.10), resultando no produto que se apresenta como mapa móvel.

### **A experiência do caminhar e a cartografia**

A cidade é formada por ilhas à deriva, nas quais “os limites desses territórios deslocam-se, a cada vez, devido a relações de força que mudam e a arbítrios, muitas vezes” (CARERI, 2017, p.21). Desse modo, segundo Koolhaas (1995), no contexto contemporâneo, a cidade genérica se desenvolve através dos movimentos dos automóveis, da repetição de um modelo simples, estrutural, de modo fractal e a natureza é transformada em mero resíduo. As relações que permeiam pelo espaço são escassas, distantes, superficiais, acomodando somente determinados movimentos e a esfera pública é esvaziada, resultando numa tentativa



incessante de ressuscitá-la a todo custo. Assim, o estudo do conjunto arquitetônico modernista utiliza a prática da deriva (DEBORD, 1958), na qual busca-se reconhecer as práticas socioespaciais que ocorrem nas ambiências imbuídas de significados históricos, culturais, micro-práticas, forças, afetos que são expressos através do procedimento da cartografia (DELEUZE, GUATTARI, 1995).

A Teoria da Deriva provém de um movimento vanguardista da Internacional Situacionista (IS) do final da década de 1960, influenciado pelo movimento dadaísta, pelo surrealismo e pela anterior Internacional Letrista. Inicialmente, “essas investigações propriamente urbanas se referiam à experiência da cidade existente – através de novos procedimentos e práticas: psicogeografia e derivas – mas também à utilização dessas experiências como base para uma proposta de cidade situacionista.” (JACQUES, 2003, p.19). Assim, Debord (1958), um dos principais pensadores do movimento, apresenta a teoria como uma técnica distinta de uma simples viagem ou passeio, mas um deslocamento lúdico-constructivo de observação psicogeográfica. A prática da deriva é uma crítica ao urbanismo e ao planejamento urbano tradicional que executam uma visão monopolista e distante da prática cotidiana das pessoas.

É nesse sentido que Careri (2013) retoma o conceito de deriva através do termo “transurbância”, no qual o caminhar como experiência da deambulação é uma escrita útil à arquitetura como instrumento cognitivo e projetual. O nomadismo pode ser considerado como o princípio da arquitetura, do qual provém o percurso errático e, conseqüentemente, o menir. O próprio ato de travessia do espaço, na ação do percurso, é responsável pela existência da arquitetura construída.

O caminhar à deriva é um perder-se consciente, a “atenção não busca algo definido, mas torna-se aberta ao encontro. Trata-se de um gesto de deixar vir (*letting go*). Tanto a atenção a si quanto o gesto atencional de abertura e acolhimento ocorrem a partir da suspensão.” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p.38). O estado da suspensão permite o gesto contínuo de rastreio, toque, pouso e o reconhecimento atento do errante no espaço, pois o objetivo é acompanhar um processo.

A metodologia utilizada na pesquisa apoia-se na abordagem rizomática, de Deleuze e Guattari (1995). Através dessa perspectiva é possível reconhecer o processo da obra arquitetônica não arborescente, ou seja, não como um processo linear de etapas diretas e sucessivas. Um pensamento pivotante é aquele que não compreende as multiplicidades e dimensões que se apresentam em contínuo devir no inter-meio do espaço e dos corpos, diferente do rizoma que trabalha a existência de linhas, estratos, segmentaridades, intensidades, agenciamentos e conexões.

Portanto, reconquistar o nomadismo existencial (GUATTARI, 1992) é experienciar plenamente a prática da deriva e da cartografia através de um corpo sem órgãos aberto aos desejos e intensidades. O corpo sem órgãos (CsO) segundo Deleuze e Guattari é aquele que não possui um sentido ou função determinada,



ou seja, é um corpo que não resiste ao desejo e à vida e se opõe ao ordenado e organizado. A revolução molecular proposta é experimentar e expressar as potências e zonas de intensidade presentes no entorno do edifício escolar estudado.

### A escola, o entorno e os territórios habitados

No ato de vivenciar o espaço, a experiência do percurso errático revela que a cidade é “um espaço do estar inteiramente atravessado pelos territórios do ir” (CARERI, 2013, p. 162). É importante ressaltar que a deriva pelo local estudado foi realizada no período da pandemia do COVID-19 e, portanto, são verificadas práticas diferentes daquelas que ocorriam anteriormente. Mesmo com a diminuição da circulação de pessoas, permeiam no espaço diversas sensações, territorialidades, apropriações daqueles que o vivenciam. A apreensão das multiplicidades no devir, segundo Deleuze e Guattari (1995) ocorre em contínuas territorializações, desterritorializações e reterritorializações.

Para apreender as dinâmicas no devir do espaço e dos corpos, a prática da deriva foi realizada em diferentes dias e períodos, principalmente nos dias em que ocorre a feira livre na via contígua ao terreno da escola. A cartografia (figura 4) é resultado da associação das intensidades, sensações, usos e permanências apreendidas. O tom amarelado revela a intensidade de circulação dos usuários e o movimento dos corpos pelo espaço nos dias em que ocorrem uma feira livre e também aqueles que utilizam o supermercado contíguo à escola. O deslocamento espacial das pessoas na rua não é linear, contínuo e objetivo, pois o percurso dos usuários oscila entre as barracas da feira, revela multiplicidades e indeterminações características de um rizoma.

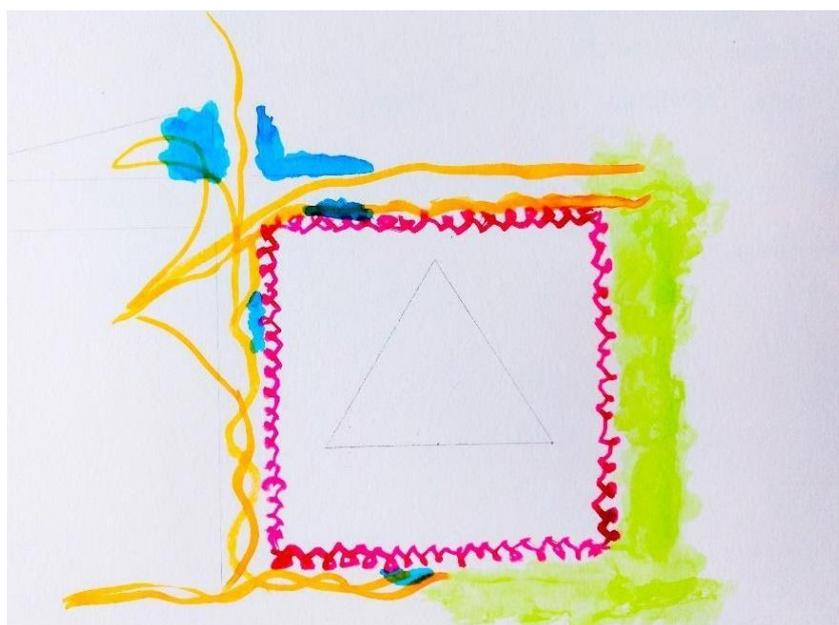


Figura 4. Cartografia

Fonte: Fernando Marques Hosi, 2021



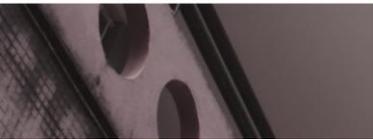
Ainda em relação à cartografia, o tom esverdeado é o registro da sensação de tranquilidade e da inexpressiva movimentação de pessoas na área de acesso à edificação escolar, devido a pandemia do novo coronavírus e a consequente ausência de aulas. Os tons azulados expressam a permanência de pessoas sentadas conversando ou até mesmo trabalhadores e clientes dos estabelecimentos comerciais. Na praça contígua ao edifício e ao mercado verifica-se a presença constante de pessoas, principalmente de idosos. O elemento em vermelho marca a sensação de barreira decorrente dos muros que envolvem a escola, pois além da altura considerável apresentam cacos de vidro na parte superior, o que demonstra a intensificação de seu caráter de bloqueio.

Assim, as cartografias ou diagramas são utilizados como acompanhamento da experimentação, dos processos, para traçar trajetórias e não meramente são objetos de representação. Segundo Montaner (2017, p.21), “o sentido de recorrer a este mecanismo primitivo reside em encontrar uma possibilidade de expressar experiências não lógicas: a intuição, os sentimentos, as emoções e os grandes temas existenciais difíceis de comunicar e contextualizar”. É através desse meio de expressão prático que se torna possível traduzir o indizível que permeia os corpos e as experiências não lógicas.

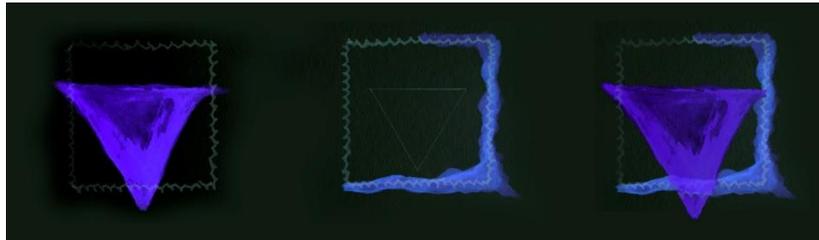


**Figura 5. Derivas pelo entorno**  
Fonte: Fernando Marques Hosi, 2021

Contudo, mesmo com a forte presença da barreira do muro, é possível experienciar resistências e atualizações subjetivas do próprio objeto arquitetônico, como também dos corpos que vivenciam o espaço urbano. Na cartografia (figura 6) a presença do muro, mesmo que materialmente densa e autoritária, não encerra a singularidade do projeto de Abreu, pois o edifício ainda preserva sua intenção de fruição social. A edificação enquanto potencialidade de expressão construtiva desafia a imposição de um envoltório que não faz parte de sua concepção inicial, ou seja, a materialidade revela-se como potência que irrompe o obstáculo. Em contrapartida, aqueles que experimentam o espaço urbano o atualizam, pois “os praticantes ordinários das cidades atualizam os projetos urbanos e o próprio urbanismo, através da prática, vivência ou experiência dos espaços urbanos.” (JACQUES, 2008).



Na segunda figura foi possível expressar a ressingularização provocada pelas experiências corporais da cidade que ocorrem na contiguidade do muro, tanto de permanência como de movimento e as duas potências que sobrepõem suas múltiplas dimensões como rizomas. A atualização do projeto arquitetônico e urbano é observada principalmente na apropriação das barracas da feira-livre, pois o muro não permanece como delimitador, mas sofre um transbordamento e desvio.



**Figura 6. Transbordamentos**  
Fonte: Fernando Marques Hosi, 2021

Nesse sentido, a experiência corporal da cidade no sentido das corpografias urbanas é uma forma de resistência (JACQUES, 2008). Na imanência dos corpos errantes permeia as experiências urbanas de cada praticante do espaço, isto é, da cidade vivida através das subjetividades e afetos que resistem à espetacularização e à homogeneização por meio de microrresistências. A cidade espetacular intensifica ações em que os espaços públicos são privatizados e são reduzidos à meros cenários. A prática da errância, a cartografia e os estudos corpográficos desafiam o urbanismo que se baseia em mapas e condicionamentos da cidade-imagem, pois adotam a vivências cotidianas ao contrário de uma visão aérea e objetiva. Observa-se na cartografia (figura 7) a expressão do movimento dos corpos, das permanências e dos caminhos que ocorrem entre a escola, a praça, a feira livre e o mercado. São esses movimentos que desafiam o espaço público contemporâneo cada vez mais privatizado e isolado.



**Figura 7. Corpos, fluxos e rizoma**  
Fonte: Fernando Marques Hosi, 2021



Ademais, é possível verificar nos muros da escola apropriações realizadas através do graffiti e de pichações como formas de resistência à barreira imposta. A arte urbana pode ser considerada uma forma de experiência corporal da cidade, revelando-se como linha de fuga e uma forma de reinvenção do espaço cotidiano que carrega uma postura crítica contra a cidade produtiva e homogeneizada.



**Figura 8. Microrresistências**  
Fonte: Fernando Marques Hosi, 2021

As cartografias (figuras 8 e 9) apresentam o grafite como atravessamento de afetos e transbordamento das conexões do edifício para além do envoltório do muro, ressingularizando-o como matéria pulsante. É possível notar em alguns pichos e grafites as expressões “manifesto”, “professor em duzentena”, “ação jovem - cultura”, o que reforça o caráter de protesto e atualização do projeto urbano. Sendo assim, mesmo com a desconexão da escola com a cidade consequente da construção do muro e descaracterização dos desígnios modernistas de função social, as apropriações verificadas pelo mapeamento dos territórios expressa as brechas de reconexão edifício-cidade.



**Figura 9. Desvios do muro**  
Fonte: Fernando Marques Hosi, 2021

## Análises Finais

Assim como o rizoma, que “não começa nem conclui” (DELEUZE; GUATTARI, 1995), o espaço e a arquitetura estão em contínua remodelação. O que se propõe através do direcionamento desta pesquisa é



romper com a homogeneização da cidade genérica e métodos tradicionais objetivos de diagnóstico da cidade, para então valorizar as subjetividades e suas tecituras.

A relação do edifício escolar com seu entorno foi atualizada, apesar de ter sido modificada pelas intervenções realizadas ao longo do tempo. É possível afirmar que os ideais de função social e a proposta de equipamento comunitário permanecem tanto nas microrresistências daqueles que experimentam a cidade, como no valor da memória coletiva. Mesmo com a rigidez do projeto e isolamento da edificação, a obra modernista mantém seu potencial de continuidade na relação edifício-cidade. Essas práticas do espaço urbano, na tentativa de transbordamento da barreira, verificam-se tanto na dinâmica da feira-livre, na qual o muro torna-se apoio de apropriações, como também na expressão da arte urbana pelos grafites e pichações.

Desse modo, a partir das práticas dos corpos que habitam o espaço e de seus valores artísticos, culturais e históricos, é possível reforçar a importância da preservação do conjunto arquitetônico da escola concebida por Abreu. O desafio da conciliação entre a preservação e as necessidades contemporâneas consiste em aventar potências e hipóteses de intervenções projetuais que atendem as relações subjetivas e sensíveis dos praticantes do lugar.

## Referências Bibliográficas

BENCOSTTA, Marcus Levy . A escrita da arquitetura escolar na historiografia da educação brasileira (1999-2018). **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, v. 19, p. e064, 2019.

BUFFA, Ester. Grupos escolares paulistas: organização do espaço e propostas pedagógicas (1893-1971). **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, v.8(1), p. 128-154, 2015. Disponível em: <https://revista.pgskroton.com/index.php/jieem/article/view/278>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

BUZZAR, Miguel A. CORDIDO, Maria T. R. L. de Barros. SIMONI, Lucia N. **A arquitetura moderna produzida a partir do plano de ação do governo Carvalho Pinto Page – (1959/1963)**. Revista Arq Urb, n.14, USJT. 2015. p. 157-170.

BUZZAR, M. A.; CORDIDO, M. T. R. L. B. **Plano de Ação (PAGE), e a arquitetura moderna**. Oculum Ensaios, v. 17, e204127, 2020. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v17e2020a4127>

CARERI, Francesco. **Walkscapes : o caminhar como prática estética**. São Paulo: GG Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. **Caminhar e parar**. São Paulo: GG Brasil, 2017.

COSTA, Korina Aparecida Teixeira Ferreira da. **Arquitetura e gênero nas transições do espaço escolar: estudo de caso da Escola Navio (1950–1970)**. 2016. 164 fs. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP .



DEBORD, Guy. **Teoria da Deriva**. In Revista Internacional Situacionista. No. 2, dezembro 1958. Disponível em: <https://teoriadoespacourbano.files.wordpress.com/2013/03/guy-debord-teoria-da-deriva.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Rizoma. Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. cap. 1, p. 10-36. v. 1

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

HIRAO, Hélio; PASQUINI, Cristiana A; RIBEIRO, Eliana Nunes. **Arquitetura Escolar Moderna Paulista, Apropriação Sócioespacial, Uso e Preservação: O projeto de João Clodomiro de Abreu para Presidente Prudente, SP**. In: Tópos V.4, N° 1, p. 131-145, 2010.

HIRAO, Hélio. **O desígnio brutalista em Presidente Prudente: Paço Municipal, Escola João Franco de Godoy e terminal rodoviário**. In: Tópos V.7, N° 2, 2013.

JACQUES, Paola Berenstein (Org.). **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

\_\_\_\_\_. **Corpografias urbanas**. Arqutextos, São Paulo, ano 08, n. 093.07, Vitruvius, fev. 2008.

KOOLHAAS, Rem. **A cidade Genérica. Três textos sobre a cidade**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2010, p. 29 - 66.

MONTANER, Josep Maria. **Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação**. Editorial Gustavo Gili, 2017.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PRADO FILHO, K.; TETI, Marcela Montalvão. . **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais**. Barbarói (UNISC. Online), v. 1, p. 45-59, 2013.

**REVISTA ACRÓPOLE**. Grupo Escolar, São Paulo, p 34-36. Ano 29, junho. 1967.

ZEIN, R.V. **A arquitetura da escola paulista brutalista 1953-1973**. 2005. 358f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005